

Um instrumento para pôr fim à impunidade

Após décadas de falhas para poupar as vítimas, TPI ganha agora legitimidade para punir os criminosos de guerra

*
KOFI
ANNAN

THE INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE

O Tribunal Penal Internacional foi criado logo após os gravíssimos crimes cometidos em Ruanda e na ex-República da Iugoslávia. Em ambos os casos, como sabemos para nossa vergonha, as Nações Unidas e a comunidade internacional falharam em adotar uma ação firme e decisiva para proteger as vítimas. Esses fatos terríveis, contudo, chocaram e levaram o mundo a agir. Tribunais ad-hoc foram criados para que os responsáveis respondessem judicialmente. E na Conferência de Roma, em 1998, os Estados participantes concordaram com a criação de um Tribunal Penal Internacional para que fosse posto fim à cultura global da impunidade.

Quando as partes signatárias do Estatuto de Roma – que criou essa corte – se reunirem em Uganda esta semana para analisar os avanços, poderemos dizer que o equilíbrio pendeu a favor da Justiça. Mais de dois terços dos Estados-membros das Nações Unidas assinaram ou ratificaram o Estatuto de Roma e hoje temos um Tribunal Penal permanente. O resultado é que diante de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e o genocídio, a posição negligente da comunidade internacional não é mais de impunidade, mas responsabilidade.

Nos casos em que crimes graves são alegados, uma investigação agora é realizada, exceto se aqueles que negam a necessidade de uma justiça internacional consigam demonstrar que seus mecanismos judiciários nacionais são sérios e confiáveis. Aliás, isso é o que precisa ser feito, de modo convincente, por todos os envolvidos nos intensos conflitos na Faixa de Gaza e Sri Lanka no ano passado.

Até agora temos conseguido isso, mas persistem grandes desafios. Go-

vernos poderosos continuam contrários a esse tribunal internacional. Três membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – EUA, China e Rússia – rejeitam ratificar o Estatuto de Roma, e também outros que aspiram uma vaga no conselho permanente.

Assim, apesar de comemarmos o sucesso, precisamos ser complacentes.

Balança. A oposição dos que são contrários ao Tribunal Penal Internacional, combinada com a inércia ou a desorientação daqueles que o apoiam, pode significar que a balança acabará pendendo facilmente para o lado contrário da justiça.

E novos desafios têm surgido, incluindo um debate que vem ocorrendo dentro da África, e além, sobre se a busca pela justiça pode obstruir a procura pela paz. Os críticos indagam por que os líderes gostariam de fazer a paz se o resultado disso, para eles, é a perspectiva de comparecer perante o Tribunal Penal Internacional e serem presos? Mas em países tão afastados um do outro, como Ruanda, Bósnia e Timor Leste, aprendemos que a justiça não é um impedimento para a paz, mas uma parceira. Quando abandonamos a justiça para assegurar a paz, o provável é que não consigamos nem uma, nem outra. Na verdade, a impunidade pode contribuir, e tem contribuído, para novos conflitos, como vimos em Serra Leoa.

A busca paralela de justiça e paz implica desafios que podem ser administrados. Temos de ter a ambição necessária para conseguirmos ambos, e sabedoria para reconhecer, respeitar e proteger a independência da justiça.

Este debate foi intensificado diante do apelo da União Africana no ano passado, instigada por alguns líderes, para os Estados-membros não cooperarem com o Tribunal Penal Internacional e cumprirem a sentença emitida contra o

presidente do Sudão, Hassan al-Bashir.

Mas não podemos permitir que a opinião de alguns poderosos ameace as aspirações de muitos. Quando me encontro com africanos de todos os estratos

sociais, o que eles exigem é justiça: de seus próprios tribunais, se possível, ou das cortes internacionais se não houver outra alternativa confiável.

Na verdade, os países africanos e sua sociedade civil tiveram um papel importante na criação do Tribunal Penal Internacional. A África Subsaariana foi o maior bloco regional a participar de sua fundação.

Em quatro dos cinco processos originários da África, em curso no Tribunal Penal Internacional, foram os próprios líderes africanos que os remeteram e estão cooperando ativamente com as investigações. E eles solicitaram ajuda internacional para melhorar a capacidade judiciária de seu país.

Em todos esse casos, é a cultura da impunidade, e não os países africanos, que eles têm por alvo. E é este exatamente o papel do Tribunal Penal Internacional. É o tribunal de última instância.

Mas não são apenas os países africanos que enfrentam desafios, se o objetivo é prosseguir com esse impulso na direção da justiça.

Questionamentos quanto à credibilidade continuarão enquanto alguns dos países mais poderosos do mundo permanecerem fora da jurisdição do Tribunal. Que espécie de liderança é essa que

exige os poderosos das regras que aplica aos fracos? Nós devemos exigir que todos aqueles que pretendem ter uma liderança global aceitem a responsabilidade de promover os valores globais.

É preciso que uma nova leva de países ratifique o Estatuto de Roma depois da conferência de Kampala (Uganda), de modo que o Tribunal Penal Internacional converta-se numa corte de justiça universal.

Responsabilidades. Um avanço nesse sentido depende também dos Estados que exercem honestamente suas responsabilidades básicas, com base no Estatuto de Roma, para investigar, processar e punir os responsáveis por crimes graves.

O que é necessário é não recuar nem diminuir o ímpeto. Nosso desafio é proteger os inocentes, estabelecendo para isso um tribunal tão sólido, universal e eficaz que consiga deter até o mais determinado dos despotas.

Ao abrir a Conferência de Roma, como Secretário-Geral das Nações Unidas, afirmei perante os delegados que “os olhos das vítimas de crimes passados, e das vítimas potenciais do futuro, estão fixados firmemente em nós”. Esse ainda é o caso. Não podemos decepcioná-las. / **TRADUÇÃO DE TEREZINHA MARTINO**

*
FOI SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DE 1997 A 2006 E PRESIDIU A CONFERÊNCIA DE ROMA

